

**PROGRAMA DE DISCIPLINA**

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO II

Código da Disciplina: JUR 261

Curso: DIREITO

Semestre de oferta da disciplina: 9º

Faculdade responsável: FACULDADE DE DIREITO

Programa em vigência a partir de: 2015

Número de créditos: 04

Carga Horária total: 60

Horas aula: 72

**EMENTA:**

Dos atos administrativos: conceito, características, classificação, requisitos, invalidade, atos nulos e anuláveis. Da licitação. Dos contratos administrativos: conceito, espécies, controle e fiscalização. Do controle da Administração Pública: conceito, modalidades, privilégios da Administração Pública em juízo. Limitações da propriedade privada. Desapropriação. Domínio Público. Responsabilidade do Estado.

**OBJETIVOS GERAIS:**

Estudar a Administração Pública em sua totalidade de forma sistematizada, possibilitando sua plena compreensão.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Compreender a organização estrutural do Estado Brasileiro. Serviços prestados diretamente ou indiretamente mediante concessão e permissão.
- Minudenciar a Lei de Licitação e contratos administrativo. Convênio, Consórcio e Consórcio Público.
- Investigar as diversas formas do Estado intervir na propriedade privada.
- Pormenorizar o instituto da responsabilidade do Estado Brasileiro.

**CONTEÚDO****Unidade 1 – A Administração Pública e os atos administrativos**

1.1 – Administração direta e indireta (Pública e Privada) Paraestatais e o Terceiro Setor.

1.2 – Atos Administrativos praticado pela Administração Pública: Conceito, Característica

1.3 Classificação

1.4 Requisitos e elementos

1.5 Invalidez

1.6 Atos nulos e anuláveis

## **Unidade II – Da licitação**

2.1 Conceito

2.2 Objeto

2.3 Princípios

2.4 Dispensa e inexigibilidade de licitação

2.5 Modalidades e procedimentos: Concorrência, tomada de preço, convite, leilão, concurso e pregão.

## **Unidade III – Dos contratos Administrativos**

3.1 Contratos de direito privado e contratos administrativo

3.2 Conceito

3.3 Sujeito e características dos contratos administrativas

3.4 Espécies: Contratos de obra pública; contratos de serviços; contratos de fornecimento; contratos de concessão;

3.5 Formalização, garantia, controle, fiscalização, penalidades contratuais e extinção dos contratos administrativos.

3.6 Causas justificadoras de inexecução do contrato: Caso fortuito e força maior; Fato do Príncipe e Fato da Administração.

3.7- Convênio. Consórcio. Consórcio Público e Parceria Público Privada.

## **Unidade IV- Responsabilidade da Administração Pública.**

4.1 – Evolução da Responsabilidade Civil do Estado (Fase da Irresponsabilidade e da Responsabilidade);

4.2 – Evolução da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Brasileiro;

4.3 – Responsabilidade do Estado por Atos Administrativos, Legislativos e Judiciários

(Responsabilidade Objetiva e Subjetiva);

4.4 – Causas Excludente da Responsabilidade do Estado;

4.5 – Reparação de Danos e Direito de Regresso.

Unidade V – Limitação da propriedade privada

5.1 – Intervenção do Estado na propriedade – conceito, competência e fundamentos

5.2 – Modalidades:

5.2.1 – Servidão

5.2.2 – Requisição

5.2.3 – Ocupação temporária

5.2.4 – Limitação administrativa

5.2.5 – Tombamento

5.2.6 – Desapropriação (Conceito, natureza jurídica, fontes, objeto, competência, espécies, fases indenização, direito de extensão, retrocessão e confisco)

Unidade VI – Controle da Administração Pública

6.1 - Controle Político e Controle Administrativo

6.2 - Controle Administrativo – Espécies, prescrição administrativa, processo administrativo

6.3 - Controle Legislativo – Espécies / Tribunal de Contas

6.4 - Controle Judicial

6.4.1 - Sistema de Controle

6.4.2 - Prescrições das ações

6.4.3 - Remédios jurídicos: Mandado de segurança, Hábeas Corpus, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Hábeas Data.

**ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM:**

Os conteúdos serão trabalhados, privilegiando:

- levantamento do conhecimento prévio dos estudantes
- motivação com leituras, charges, situações problemas ou peques nos vídeos
- Exposição oral / dialogada
- Discussões, debates e questionamentos

- Leituras e estudos dirigidos
- Atividades escritas individuais e em grupos
- Apresentações por parte dos alunos de: plenárias, painéis, mini aulas etc.

#### FORMAS DE AVALIAÇÃO:

O processo de avaliação da construção de conhecimentos a partir da observação e análise de:

- frequência e pontualidade por parte do aluno
- participação construtiva e compromisso com a dinâmica e o processo educativo proposto pela disciplina
- discussão fundamentada individual e em equipe
- trabalhos sistematizados – produções individuais, coletivas e apresentações em sala de aula: fichamentos, resenhas e painéis sobre leituras complementares realizadas.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BRASIL. **Vade Mecum Saraiva** - 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014

CARVALHO FILHO, José SANTOS. **Manual de Direito Administrativo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 4º Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BALTAR NETO, Fernando Ferreira. TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Direito Administrativo**. 5ª Ed. rev. atual. Salvador-BA. Editora JusPODIVM.2015

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. **Organização: Odete Medeuar**. 4. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2009. 1116p.



**UniRV**  
Universidade de Rio Verde

# Universidade de Rio Verde

Credenciada pelo Decreto nº 5.971 de 02 de Julho de 2004

Fazenda Fontes do saber  
Campus Universitário  
Rio Verde - Goiás

Cx. Postal 104 - CEP 75901-970  
CNPJ 01.815.216/0001-78  
I.E. 10.210.819-6

Fone: (64) 3611-2200  
[www.unirv.edu.br](http://www.unirv.edu.br)

Aprovado pelo Conselho da Faculdade em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ .

Assinatura e carimbo da Direção da Faculdade